

## **A fundação da Colônia de Sacramento, e a chegada do negro no extremo sul da América a partir de 1680**

**Ubiratã Ferreira Freitas<sup>1</sup>**

**A** Coroa Portuguesa em 1680 fundou a Colônia de Sacramento, seu interesse era participar da economia que escoava pelo Rio da Prata. Mas também fazer-se presente na região do extremo sul da América Latina, a banda Oriental, já que a outra margem (Occidental) do Rio da Prata estava ocupada pelos espanhóis, na cidade de Buenos Aires.

Toda essa região é pertencente à Espanha, legitimado pelo Tratado de Tordesilhas (1494), onde através de uma linha imaginária o mundo foi dividido entre Portugal e Espanha. Assim, a Cora portuguesa invadiu o espaço territorial conhecido como “Banda dos Charruas”<sup>2</sup> pertencente a Coroa espanhola.

Em um primeiro momento, Sacramento tinha importância para os portugueses como um ponto comercial na região platina, pois a intenção portuguesa era efetivar vendas de escravos e outros produtos aos espanhóis e nativos da região. Através do contrabando obter-se-ia a prata que chegava do vice-reino do Peru.

Houve resistência por parte dos espanhóis, onde no mesmo ano, um ataque foi fulminante para a tomada da Colônia de Sacramento, havendo um apoio aos espanhóis dos índios guaranis no qual tiraram proveito em saques a mantimentos dos portugueses.

Um ano pós sua fundação, a Colônia de Sacramento tornou-se novamente de Portugal, mas não foi por meio das armas, e sim, por meio da diplomacia entre as Coroas Espanhola e Portuguesa. Conheceu importante desenvolvimento através da agricultura, couro, charque e contrabando.

A colônia foi durante muito tempo, um motivo de atrito entre as duas Coroas, e em ofensiva a expansão portuguesa; os espanhóis incentivaram os guaranis missionários a fundarem do outro lado do Rio Uruguai, as reduções dos Sete Povos da Banda Oriental – atual região do Estado do Rio grande do Sul.

A busca pelos vacuns selvagens, fez de Sacramento uma vila de importante localização, já que se estruturava nas margens do Rio da Prata, onde era viável o escoamento da produção agrícola e de couros dos vacuns.

Com a prática de localizar o gado, retirar-lhe seu couro, sua língua e seu sebo (gordura) vão se construir um novo ciclo econômico que será conhecido como “A Faena dos

---

<sup>1</sup> Professor Licenciado em História pela ULBRA Gravataí; Pós-Graduado no Curso de Filosofia da PUCRS; mestrando bolsista Capes no curso de PPGH, mestrado em História da UPF, Universidade de Passo Fundo. Artigo apresentado no *V Simpósio Internacional dos Estados Americanos: O Bicentenário das Independências (1810 – 2010)*. 8 a 10 de Junho de 2010

<sup>2</sup> Charrua, denominação dos índios que viviam na região geográfica onde foi construída a Colônia de Sacramento. Banda Oriental.

Couros” ou “Carambrero”,<sup>3</sup> ou seja, a prática de carnear o gado retirando somente o que interessava para a economia lusitana.

O desperdício da carne bovina vai chamar a atenção de D. Francisco Naper de Lancaster, que era o administrador da colônia há nove anos, tendo Sacramento um elevadíssimo aumento demográfico decorrente do desenvolvimento da indústria de couro e de bons negócios.

D. Francisco Naper de Lancaster em uma tentativa de expandir os negócios de Sacramento, faz uma experiência de salgar a carne e enviar para a Europa, para ver se é possível seu consumo depois de certo tempo armazenado em pipas.

Assim destaca Mário Maestri:

...iniciou, D. Francisco Naper, a título experimental, a remessa de carnes em pipas para o reino, tendo aproveitado a galera do mestre Pantaleão da Cruz, que partia para o Pôrto. Naquela cidade, depois de terem levado mais de 4 meses de viagem, foram abertas e examinadas as carnes e julgadas perfeitas... (MONTEIRO apud MAESTRI, 1984, p. 39).

A fundação da Colônia de Sacramento, também proporcionou a chegada do negro no extremo sul da América, mais preciso na Banda Oriental, A introdução do escravo por essas vias de abastecimento, também conta com Buenos Aires e Montevideú, onde aportavam navios negreiros que descarregavam suas cargas humanas para distribuição em toda região sul da América Latina.

Sacramento torna-se um ponto de comércio de escravos e, fomentando a clandestinidade e o contrabando na venda dos mesmos. Eram vendidos em Buenos Aires, onde os lusitanos são quem introduziram os escravos negros na região platina, e sendo próximo a Buenos Aires, os negócios eram vantajosos para os portugueses, que somente, quando em posse da Colônia e que faziam esse comércio.<sup>4</sup> O negro esteve presente em constante comércio e foi em primeiro momento, principal mão-de-obra para o desenvolvimento da colônia.

Es dudoso que de los primeros viajes de exploración hechos por europeos o indianos (como Hernandarias), in de las primeras fundaciones de pueblos, in empresas de faeneros, hayan quedado negros radicados em la Banda Oriental. Lo que sí, em cambio, es seguro es que um copioso número de esclavos fue introducido por los portugueses por la Colonia del Sacramento, desde su fundación em 1680, y destinados em su mayor parte a ser enviados clandestinamente a Buenos Aires, comercio que se perpetuó ya cuando los lusitanos se establecían em la Colonia como consecuencia de los acuerdos diplomáticos y acuando hacían maniobras de conquista violando las treguas o tratado de paz (ISOLA apud MAESTRI, 1984, p. 41).

Essa prática de contrabando com o escravo é comum em um lugar distante do controle colonial, mas essa introdução de mão-de-obra escravizada vai mais adiante se valer, de um fomento para as pretensões da administração portuguesa no sul do Brasil, pois no momento da formação da vila de Rio Grande, toda essa configuração vai se modificar,

<sup>3</sup> A Faena dos Couros é uma denominação portuguesa para conceituar a prática da retirada do couro dos vacuns. Carambrero tem o mesmo significado, porém em espanhol.

<sup>4</sup> Visto que, em vários momentos temporais, a Colônia de Sacramento esteve sob Julgo de administração tanto portuguesa quanto espanhola, daí alguns intervalos no comércio negreiro

em prol de uma colonização mais efetiva, expandindo as divisas lusitanas na Banda Oriental.

O escravo visto como “mercadoria”, vai se moldando as pretensões e necessidades da colonização portuguesa; aos poucos “o escravo será um dos pilares da vida desta região. Servirá, até mesmo, circunstancialmente, como soldado” (MAESTRI, 1984, p. 42).

É interessante analisar essa questão da introdução da mão-de-obra escrava, a partir da Colônia de Sacramento, pois é o momento de formar uma base para futuras investidas no território ainda rude da campanha sulina; esse comércio de escravos com Buenos Aires é a comprovação já desde esses tempos, da importância estratégica da fundação de Sacramento, para manter um comércio no Rio da Prata e favorecer-se do contrabando.

A descoberta das minas – mineração em Minas Gerais – traz com si toda uma necessidade de um desenvolvimento dentro da colônia portuguesa. A necessidade de transporte para ligar Sacramento ao restante do Brasil, fez surgir estradas, pois os campos do sul produziam uma grande quantidade de vacuns e muars, assim poderia fomentar um comércio ativo para o centro da colônia, já que o grande número de escravos fora transferido para as Minas Gerais.

Essa rota construída até Laguna, e por onde escoava os animais do sul, favoreceu em 1725 a fundação oficialmente da Vila de Rio Grande. Com seu desenvolvimento, muitos comerciantes e pessoas de posse, se instalaram nessa região, trazendo consigo, seus bens e entre eles escravos.

Assim, efetivamente foi se constituindo o povoamento da vila de Rio Grande, e colocando em processo o modo de trabalho escravo, onde mais adiante, com a formação das charqueadas, esse será fundamental para o desenvolvimento econômico da região sul.

Os primeiros passos na produção do charque foram de importância para as regiões que se desenvolviam na rota do transporte de animais e carne seca para o centro do Brasil. A necessidade de manutenção do produto – charque – fez com que se instalassem internadas nas regiões de Gravataí e Viamão, no litoral Norte de onde surgia uma pequena produção de couro e charque (MAESTRI, 2006).

Ainda nesse momento, o trabalho escravo não era de suma importância, visto que, o trabalho livre predominava, e a manutenção da prática campeira fica a cargo dos índios aculturados, colonos e espanhóis que faziam à lida no campo, mas não podemos deixar de ressaltar, como foi fundamental a presença do negro escravo na construção dessa nova realidade com a fundação da vila de Rio Grande.

Rio Grande vai se tornando um pólo de “divisa” entre as regiões que se compunha a geografia que se formara lentamente entre a Coroa portuguesa e espanhola, também, a circulação de cativos e afazeres de trabalhos como construções urbanas, plantações de gêneros de alimentos, charque, couro, trabalhos domésticos, estiva e transporte. Assim vai se moldando, a necessidade dos cativos para um desenvolvimento urbano e econômico na região de Rio Grande.

No decorrer do desenvolvimento econômico, e a presença das charqueadas, o que chama a atenção é definir e esclarecer a relação entre “fazenda” e “estância” é

fundamental entender essa relação, para obtermos a realidade de como ver o escravo dentro da estrutura de trabalho e verdadeiramente qual sua funcionalidade como produtor de trabalho.

Mário Maestri (1984, p 45), chama a atenção para o termo, ‘fazenda’, em primeiro, o mesmo pode ser aplicado como plantadores de cereais ou criadores de gado. O que poder ser exclusivo a criação de animais, mas com uma pequena produção de alimentos para manutenção da subsistência, em segundo, poderia ou não haver a necessidade de uma grande quantidade de escravos participando do processo de produção e trabalho como assim o refere.

A presença de escravos negros nas primitivas “estâncias” gaúchas ainda não está definida. E é um problema deveras complexo. Não se trata, somente, de fixar a presença do africano nos primeiros estabelecimentos pastoris; trata-se, também, de definir a estrutura e a revolução histórica do que se chamou, genericamente, de “fazenda” ou “estância”. Trata-se de definir sua economia interna. Somente feito isso podemos vislumbrar com clareza o papel que teve ali o escravo negro (MAESTRI, 1984, p. 45).

Mas como definir que existia uma quantidade de negros escravos para manutenção das ditas fazendas? Os casais que aqui estiveram na colonização do Rio Grande do Sul, muitos trouxeram seus escravos e a partir daí, formou um contingente de escravo dentro da nova estrutura que se estabelecia. Pedia-se licença para administração colonial para formar fazendas e estâncias dentro das novas terras conquistadas como afirma Maestri (1984); “Manuel de Barros Pereira pede licença em 1737, para Silva Pais, para fazer uma estância na paragem chamada o Salso, promete povoá-la com dois negros, cavalos e éguas”.

A utilização do escravo nas lavouras no Rio Grande do Sul, não fomenta as bases para uma plantação escravista, como as mesmas bases aplicadas no Nordeste brasileiro. O motivo é a baixa rentabilidade dos produtos produzidos e o comércio que dele se despende uma economia voltada para manutenção do sistema de subsistência, nesse processo de conquista de novas terras, ou ocupação legalizada pela Coroa Portuguesa. Importante ainda, também, é ressaltar que os pequenos produtores possuíam escravos, em média um ou dois, mas o que vale descrever é que nessa relação é que esses senhores-de-escravos trabalhavam junto com seus escravos.

Mais adiante vamos descrever essa relação em forma de uma possível semelhança camponesa de agricultura escrava, “a brecha camponesa” que nos fala Ciro Flamarion Cardoso; pois trabalham juntos – senhores e escravos – e as possibilidades dos escravos de terem pelo menos nesse momento, um relacionamento mais próximo com a agricultura, mesmo que seja a de subsistência.

Auguste de Saint-Hilaire em sua passagem pelo Rio Grande do Sul, fez referência sobre a observação das famílias trabalhando junto com seus escravos como diz Mário Maestri (1984) “O dono da casa e seus filhos cuidam do gado e os negros tratam da plantação, contudo, nessa região ninguém se envergonha de trabalhar”<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> August Saint-Hilaire verifica as famílias dos imigrantes portugueses trabalhando junto com seus escravos, percebendo certa “harmonia” nos afazeres da lida na agricultura e pastoreio. Não podemos definir um padrão para essa citação, mas

Na pecuária, também o uso de escravos foi de tamanha importância para os pequenos senhores-de-escravos. Isso é percebido na “Frota” de João Magalhães, “que se estabelece no Sul em 1725, trazendo com ele trinta e uma pessoas, sendo a maioria dessas pessoas homens de cor parda e escravos”. Assim ainda Maestri coloca em sua obra que “A utilização do braço escravo nas primeiras fazendas de criação do Rio Grande do Sul está, definitivamente, comprovada”. (MAESTRI, 1984, p 50).

Essa afirmação do historiador Mário Maestri, possibilita questionar se houve uma relação dos escravos com seus senhores, em questões voltadas para uma futura “relação política, social, através de uma afetividade voltada para um bom relacionamento”, já que trabalhavam juntos. Estando de acordo em comprovar que na região de Rio Pardo, houve um relacionamento entre cativos e senhores, tendo como base a lida campeira, a relação política e camponesa entre senhores e escravos.

Ainda na ocupação do Rio Grande do Sul, o processo de colonização é fundamental para a realidade que se apresenta a esses novos desbravadores, está ligada a relação de conquista e fomento de uma nova vida. Mas para isso, o fato de que já existia em seu lugar de origem, vai prevalecer nessa empreitada, então a estrutura que se estabelece, é a mesma que principalmente os açorianos já tinham empregando nos Açores, com novas técnicas agrícolas em busca de produtividade para estabelecer uma economia estável; e para isso, a mão-de-obra é necessária, e o que vai prevalecer, é o negro escravo.

Por volta de 1750, com os colonos açorianos, surgiram importantes plantações de cereais em várias regiões sulinas. Aparecia aí, um produto de exportação, o trigo. Esse cereal servia para manutenção do abastecimento local e seu excedente para exportação.

Esse movimento econômico proporciona para os grandes fazendeiros, a possibilidade de compra de mais cativos para trabalharem em suas lavouras, aumentando assim, os plantéis e subsequente à produção agrícola. Pois ampliava as possibilidades de futuras estruturas agrícolas e aumento da produção que regulamentava a manutenção da colônia pelos novos senhores.

Nos grandes centros, o trabalho dos cativos começa a despontar em direção de monopólios servis, como os carregadores de mercadorias; não se via trabalhadores livres fazendo essa tarefa, somente negros escravos.

Segundo Mário Maestri:

Por volta de 1750, com a chegada dos colonos açorianos, surgiram importantes plantações de trigo nos arredores de Rio Grande, nas margens das lagoas, ao longo do rio Jacuí. Em fins do século XVIII, Rio Pardo, Cachoeira, Encruzilhada e Triunfo eram importantes centros tricultores. Os trigos sulinos abasteciam as necessidades locais e seus excedentes eram exportados. Com os capitais acumulados no trigo, os colonos dedicados à tricultura compravam mais cativos. Sobre tudo em torno das primeiras aglomerações, desenvolveu-se importante produção de gênero de subsistência, voltada à satisfação das necessidades da população local e à exportação para outras capitânicas (MAESTRI, 2006, p. 95).

---

também, não podemos deixar de possibilitar que, o modelo de família apresentado ao negro, era o modelo ocidental nuclear.

Com esse aumento de escravos, novos postos de trabalhos começam a ser formados, a partir de concessões dadas pela administração portuguesa, como travessias de passos<sup>6</sup> com balsas, onde quem fazia as travessias eram escravos de ganho de senhores. Forjava-se aí, o monopólio serviu no sul.

Esse movimento referente às necessidades de um desenvolvimento para facilitar o escoamento e produção de novas safras de trigo. Os fazendeiros açorianos demonstram um olhar antes e um depois da charqueada. Dessa forma, percebe-se uma realidade dos escravos anteriormente e depois da formação das charqueadas.

Essa maneira de descrever como era a realidade dos escravos – como escreve Saint-Hilaire –, nos dá hoje um à possibilidade de tentarmos esclarecer as relações entre senhor/escravo, onde alguns historiadores afirmam uma escravidão diferenciada – em certos momentos –, dentro do processo escravista implantado no Rio Grande do Sul.

As estâncias promoveram a implantação ou inserção do negro do Rio Grande do Sul, isso quer dizer, a grande importância dessa aculturação e influência africana na construção da identidade do homem rio-grandense. Essa influência está designada, a partir, do relacionamento do senhor com seu escravo, visto que, esse possibilitava o contato direto da estrutura familiar lusitana, ao negro africano, pois as relações de trabalho eram contíguas, havia uma “pluralidade de fazeres”.

“O negro estava presente em toda a vida da estância”, Lazzarotto (1986), desde sua relação de trabalho junto da família, como no nascer das crianças, pois a mesma mãe que amamentava uma criança negra, em muitas vezes também, amamentava a criança branca; e essas cresciam juntas em sua simplicidade.

### **Novas possibilidades**

Com a descoberta do metal precioso (ouro) em Minas Gerais, a realidade das “terras do sul” passou a ser mais valorizada pelos portugueses. Já que entre o planalto e o mar, essa vasta área de terra que era desprezada e se constituía uma terra de ninguém até meados do final do século XVII; passou a ser vista com uma futura região de lucros para a coroa Lusitana.

Como já vimos os primeiros lusitanos que fundaram a Colônia de Sacramento, trouxeram em seus pertences, também seus escravos, mas não constituíram ainda uma mão-de-obra escravizada no extremo sul as margens do Rio da Prata. Fundaram ali, não só mais uma colônia portuguesa, mas possibilitaram um comércio de contrabando e escravos nessa região.

Assim somente, muito tempo depois é que Portugal deu um novo olhar para as terras do sul do Brasil, onde através da necessidade de manutenção do extrativismo de metais preciosos, foi efetivada uma colonização no território de São Pedro do Rio Grande do Sul.

---

<sup>6</sup> Passos, denominação de passagem, uma estrada que é cortada por um rio. É a travessias de rios por balsas, onde escravos é quem conduziam as mesmas para a travessia de mercadorias e transporte de pessoas.

O crescimento econômico se desenvolvendo nas Minas Gerais, valorizou a região sulina, pois aumentava a necessidade de animais para o consumo (gado), ainda mais, animais para o transporte. Assim, favorecia o negócio dos muares.

Novas rotas de comerciais foram traçadas pelos lusos brasileiros, levando gado de Sacramento para Laguna e distribuindo para todo o restante do Brasil. A partir de 1769 o Rio Grande do Sul passou produzir “bestas muares” e com elas a ocupação da região sul também passou a ser importante para definir uma fronteira entre as coroas lusitana e espanhola, já que através do Tratado de Tordesilhas Portugal somente teria terras até laguna, pois era o limite do traçado.

Segundo Mário Maestri (2006) *“Em 1725, obedecendo a instruções da administração portuguesa, a fim de organizar e facilitar a extração de gados, partiu de Laguna expedição luso-brasileira de 31 homens, entre eles diversos cativos africanos – a frota de João Guimarães”*.

Para isso, João de Guimarães se instalou na barra setentrional do Rio Grande do Sul, onde instalou currais e desenvolveu a primeira ocupação efetiva das “terras de ninguém” no extremo sul do Brasil.

Com essa expedição de ocupação do território rio-grandense, com instalações de currais, e futura produção de charque, uma linha limite entre as coras deveria ser traçada, já que Portugal “invadiu” terras que não eram suas, mas de Espanha.

As coroas Ibéricas dividiam-se em conformidade e sem confronto direto pelas terras do sul, em outras regiões do Rio Grande do Sul, os nativos dominavam, por exemplo, as missões, o Planalto Médio e os Campos de Cima da serra.

Com o “caminho de Viamão” foi estabelecida uma relação comercial entre os luso-brasileiros, ligando o nordeste-sul do Rio Grande pelos tropeiros em direção ao interior de São Paulo, mais específico Sorocaba.

As lagoas naturais, rios e o planalto serrano, serviram de “fronteira natural” entre os territórios controlados pelas coroas Ibéricas; para a Espanha, o planalto de certa forma, protegia o Vice-Reino do Peru de possíveis investidas da expansão de Portugal.

Para Tau Golin (2002) essa “linha geográfica” pode ser conceituada como dois pólos com dupla funcionalidade, sendo um o limite e o outro a fronteira. O primeiro está voltado para dentro de sua linha imaginária, onde estabelece uma relação com sua organização interna, viabilizando até onde pode chegar suas ações de controle e poder. Já o segundo, é visto pelo Estado como uma ameaça constante, sendo ela – fronteira – direcionada “para fora”. As forças estranhas causam uma irritabilidade no delimitar fronteiriço, e assim cada Estado cria normas e se protege por mecanismos que fortalecem seus domínios.

Segundo Tau Golin:

O conceito de limite é utilizado como linha divisória entre Estados limítrofes. De certa forma, é o centro da fronteira, entendida como uma região, zona ou faixa transfronteiriça. [...] o limite está orientado para dentro (forças centrípetas); a fronteira está orientada para fora (forças centrífugas) (GOLIN, 2002, p. 10-11).

As diferenças de culturas expostas em um confronto relacionado na América Meridional, mais sucinto, na região do Prata; onde por um lado, a Coroa espanhola estava anteriormente a Coroa portuguesa. Deixa claro essas diferenças quando Portugal funda a Colônia do Sacramento 1680, no século XVII, as margens do Rio da Prata “em território espanhol”.

Poderíamos dizer que foi um tanto audaz da parte de Portugal essa ação, mas ao mesmo tempo também foi um entrave de conquistas territoriais que já se apresentava em demarcação geográfica para o Reino Lusitano, que queria fazer parte e obter controle sobre o comércio que passava pelas águas do Rio da Prata e tinha destino a Europa.

O conceito de fronteira<sup>7</sup> que foi usado por Silmei S. Peitz (2006), em sua obra “*Buscando a Liberdade*” com diversas possibilidades conceituais que historiadores usam para fronteira, foi delimitado por Ieda Guntfreind como sendo dois tipos de correntes fronteiriças.

Segundo Silmei Peitz:

[...] distingue duas correntes: uma que apenas discorre sobre a fronteira-linha, rigidamente estabelecida, reforçando os antagonismos e as marcas divisórias, e outra que entende ser necessário superar essa não apenas observando os conflitos entre os Impérios e, após, entre as nações independentes, mas considerando as aproximações e trocas que teriam ocorrido entre os dois lados da fronteira, o que responderia ao conceito de fronteira-zona (PEITZ, 2006, p. 30).

Essa *fronteira-linha*, que ‘separa’ em uma linha imaginária os costumes e delimita geograficamente o território que cada país tem de direito – regulamentado – também serve para nós afastar das diferentes tradições culturais a que fomos colocados; de se apartar do novo, das situações que mergulham os pensamentos em busca de manutenção do poder e consolidar via territoriais as delimitações e limitações de cada homem fronteiriço. “A fascinação nos confronta diuturnamente com o diverso. Etnias de diferentes origens nos levam a saborear diferenças dentro das nossas fronteiras” Schüler (2009).

Com a fundação de Rio Grande em 1737 a realidade de uma fronteira começou a se constituir, aonde no processo de ocupação da porção sul do Brasil, uma massa de pessoas vindas de Sacramento, Laguna e outras regiões, delinearão uma geografia mais eficaz demarcando as linhas limites entre a cora portuguesa e espanhola.

Essa ocupação lusitana vai marcar de vez a presença do negro no Estado rio-grandense, onde vai ser a mão-de-obra principal no desenvolvimento das charqueadas e na agricultura, passando por fazes de adaptações no decore dos séculos futuros.

No primeiro livro de batismo no início do século XVIII, 1738, levantado por João Machado Ferraz, Maestri (1984), apresenta uma grande quantidade de batismos de crianças de cor, muitos filhos de pais negros, e outros de brancos com negras, formando assim, os primeiros descendentes rio-grandenses com sangue de negros.

---

<sup>7</sup> A partir de Frederick Jackson Turner, o conceito de fronteira teve uma ênfase mais apurada, quando de sua obra sobre a colonização dos Estados Unidos, onde percebeu que, cada conquista era uma nova fronteira que se estabelecia.



Nesse sentido Ciro Flamarion Cardoso (1987), explica as relações que devem ser analisadas a partir das estruturas que existem dentro do contexto regional, devem ser avaliadas também de sua totalidade existente e das variáveis numa localidade.

Essa variável está ligada às relações que se manter na região que vai demarcar a fronteira, mas para isso possibilitar um entendimento, o contexto colonial (totalidade) deve ser exposto para favorecer o entendimento da questão fronteira.

Segundo Ciro Cardoso:

O método correto consiste em oscilar entre os dois níveis permanentemente: a região não é explicável fora da totalidade de que faz parte e que lhe dá sentido, e as generalizações não verificadas localmente costumam ser muito menos gerais do que se acredita (CARDOSO, 1987, p. 29).

A intenção da ocupação de regiões importantes no Brasil sulino se deu, com o emprego de pequenos proprietários possibilitando um ofício de uma economia camponesa, pois essa manutenção de trabalho facilitaria o domínio e controle do território.

Os lusos brasileiros que aqui chegaram, deslocando-se de outras regiões e fixando-se em terras até então, inexploradas pelos portugueses. “*O vazio aberto pela crescente rarefação das populações naturais seria lentamente preenchido, em escala progressiva, por aqueles animosos precursores*” Moyses Vellinho (1975, p. 201).

O hibridismo que vai se moldando entre as culturas diversas que se encontram, em meio à construção das diferentes fronteiras que se apresentavam, em decorrer de conquistas ora espanholas ora lusitanas<sup>8</sup>. Essa mestiçagem que vai se fundindo entre as culturas que formam os lugarejos e vilas, que cruzam os ‘fazeres presentes’ dentre as famílias que se locaram no Rio grande do Sul; está determinada para formar os traços culturais que até hoje se apresentam em nossa formação.

No período de 1763, o Rio Grande de São Pedro tinha uma população espalhada em poucas localidades, e tendo os espanhóis invadidos a Vila de Rio Grande, obrigou a administração Luso-brasileira, a população da vila e arredores a transferir-se para os Campos de Viamão e outras localidades.

As famílias açorianas instalaram em futuros municípios, trazendo consigo, toda uma estrutura social, econômica, política e religiosa portuguesa. Na parte econômica o trigo é o produto principal da região, pois as famílias açorianas empregaram novas técnicas de plantio chegando a um status de exportação em torno de 290 mil alqueires anualmente; “A atividade permitiu uma primeira introdução sistemática de mão-de-obra escravizada no sul e financiou o estabelecimento de charqueadas [...]” Maestri (2006, p. 29).

Outras manifestações sobre o a introdução do negro escravo no sul da América Latina, mais específico no Rio Grande do sul, fica explícito na forma da ocupação do território de São Pedro, pois em tempos difíceis as famílias contavam exclusivamente com suas posses, sendo uma delas o escravo.

---

<sup>8</sup> O incansável atritar de dois mundos ativamente adversários, movidos por apetites dinásticos territoriais em eterno litígio, havia de acirrar, nas lutas do extremo sul, o instinto nacionalista já posto à prova sob forma embrionária, através de episódios avulsos da nossa história colonial, deles participando eventualmente os novos componentes étnicos, isto é, os índios e os negros, que iam se juntando à raça dos conquistadores e colonizadores brancos (VELLINHO, 1975, p. 203).

O interessante nessa relação, é que o escravo se tornava, em algumas vezes muito mais que um mero escravo, a relação que se estabelece entre senhor/escravo é de suma importância para compreensão do tipo de servidão nos primeiros anos do negro como escravo na região sulina.

Segundo Maestri:

Tempos de vida dura, porém não execrável. O escravo, nesta época, chega, às vezes, até mesmo a viver como real companheiro e camarada de seu senhor; deixa de ser ‘escravo’ na concepção da palavra para se transformar, objetivamente, em pagem, ‘escudeiro’ ou guarda-costas de seu amo. Tempos, para muitos, bons, mais tarde, a plantação, a charqueada, o escravismo (MAESTRI, 1984, p. 36).

O escravo rio-grandense tem como entrada o porto de Rio Grande, mas os primeiros negros que chegaram ao extremo sul da banda oriental, nas margens do Rio da Prata foi com a fundação da Colônia de Sacramento, como já foi citado acima, mas no Rio grande do Sul a presença do negro escravo vai se concretizar com João Magalhães na efetivação da ocupação lusitana no atual Rio Grande do Sul e conseqüentemente, a fundação da vila de Rio Grande.

O negro no pampa, não teve somente a utilização como escravo, pela citação descrita, fica claro que em “tempos difíceis” o negro escravo era muito mais que uma “coisa” uma “propriedade”. Foi em certo momento, talvez, ou fez parte da unidade familiar do senhor, pois as relações que se estabelecem em um lugar deserto de povoamento, ficam entorno da família, e, por conseguinte, no convívio humano.

Dessa maneira a importância do negro como ‘agente ativo na construção econômica e relação de trabalho escravizado’, efetiva a sua participação e valor em seu emprego como escravo, sendo também, um agente do elemento híbrido na construção da identidade e cultura dos povos do sul da América Latina.

## **Bibliografia**

ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar. *Fronteira e Cultura Política Nacional*. **Revista Territórios e Fronteiras** – Programa de Pós-Graduação em história – UFMT – V, 6 – N.1 – Jan/Jun. 2005.

ABDALA, Benjamin Junior. **Fronteiras Múltiplas, Identidades Plurais**. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **História do Poder, História Política. Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre: PUCRS, v. XXIII, n. 1, p. 123-141, Junho, 1997.

FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João Batista Santiago. **História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do RS**. Porto Alegre, Livraria do Globo. 1963.

FREITAS, Décio. **O Escravismo Brasileiro**. 2ª. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

GOLIN, Tau. **A Fronteira**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

HEINZ, Flávio M. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

JUSTIÇA. Livro de Registros. J-18. **Os quatro municípios farroupilhas – atos da criação** – Arquivo Histórico do RS. 1985.

LAZZAROTTO, Danilo. **História do Rio Grande do Sul**. 5ª ed. ver. e atual. Porto Alegre: Sulina, 1986.

MAESTRI, Mário. **A Ocupação do Território**: da luta pelo território à instalação da economia pastoril charqueadora escravista. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2006.

MAESTRI, Mário Filho. **O Escravo no Rio Grande do Sul**: a charqueada e a gênese do escravo gaúcho. Porto Alegre: EDUCS, 1984.

PEITZ, Silmei Sant Ana. **Buscando a Liberdade**: as fugas de escravos da província de São Pedro para além-fronteira (1815-1851). Passo Fundo: Ed. UPF, 2006.

RÉMOND, Réne. **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

SCHÜLER, Donaldo. **Fronteiras e Confrontos**. Porto Alegre: Movimento / Braskem, 2009.

VELLINHO, Moyses. **Fronteira**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1975.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do Arcaico ao Moderno**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.